

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº

# Políticas Públicas de Exportação: o caso do PROEX

Sérvulo Vicente Moreira  
Adelaide Figueiredo dos Santos

Brasília, outubro de 2001

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº

# Políticas Públicas de Exportação: o caso do PROEX

Sérvulo Vicente Moreira\*  
Adelaide Figueiredo dos Santos\*\*

Brasília, outubro de 2001

---

\* *Pesquisador da Diretoria de Estudos Setoriais do IPEA.*

\*\* *Diretora do Programa de Pesquisa da Universidade Católica de Brasília - UCB.*

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
Martus Tavares – Ministro  
Guilherme Dias – Secretário Executivo

**ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Presidente  
Roberto Borges Martins

Chefe de Gabinete  
Luis Fernando de Lara Resende

#### DIRETORIA

Eustáquio J. Reis  
Gustavo Maia Gomes  
Hubmaier Cantuária Santiago  
Luis Fernando Tironi  
Murilo Lôbo  
Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e torna disponíveis, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir dos estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 130 exemplares

#### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Brasília – DF:  
SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDE, 10º andar  
CEP 70076-900  
Fone: 55 (61) 315 5090 (produção) 55 (61) 315 5336 (vendas) – Fax: 55 (61) 315 5314  
E-mail: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

#### EQUIPE

**Coordenação:** Luiz Cezar Loureiro de Azeredo; Tânia Oliveira de Freitas (secretaria)  
Rômulo Sófocles de Almeida Panza (estag.)  
**Gerência:** Suely Ferreira  
**Revisão:** Chico Villela, Sarah Pontes, Luciana Soares Sargio  
Lilian Afonso Pereira (estag.) Renata Frassetto de Almeida (estag.)  
**Edição Gráfica:** Aeromilson Mesquita, Cecília Bartholo,  
Francisco de Souza Filho, Iranilde Rego, Lúcio Flavo Rodrigues  
**Divulgação:** Doris Magda Tavares Guerra (coord.), Edineide Ramos, Edinaldo dos Santos,  
Geraldo Nogueira, Mauro Ferreira, Marcos Cristóvão, Roseclea Barbosa da Silva e Janaina Maria do Nascimento (estag.)  
**Produção Gráfica:** Edilson Cedro Santos, Antonio Lucena de Oliveira

#### SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ:  
Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar  
CEP 20020-010  
Fone: 55 (21) 3804-8117 / 3804-8118 – Fax: 55 (21) 2220 5533  
Caixa Postal: 2672  
E-mail: editrj@ipea.gov.br

---

## SUMÁRIO

---

SINOPSE

ABSTRACT

1	INTRODUÇÃO	<b>5</b>	
2	METODOLOGIA	<b>10</b>	
3	PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES (PROEX)		<b>10</b>
4	POLÍTICAS DE PROMOÇÃO À EXPORTAÇÃO – ALGUMAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS	<b>15</b>	
5	ALGUNS ESTUDOS SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		<b>21</b>
6	MODELO ECONÔMICO DE AVALIAÇÃO DO PROEX		<b>23</b>
7	CONCLUSÃO	<b>26</b>	
	ANEXOS	<b>30</b>	
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		<b>37</b>

---

## SINOPSE

---

**E**ste texto discute, por meio de uma análise econométrica, as atividades e resultados do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), desde a sua instituição em 1991 até 2000, sendo considerados a dotação orçamentária do programa e o impacto nas exportações brasileira. Observou-se que o instrumento tem condições de alterar todo o quadro econômico do país, dependendo das políticas a serem adotadas e das constantes análises das perspectivas do mercado internacional.

---

## ABSTRACT

---

*T*rough an econometrical analyses, this paper discuss activities and results of the Financing Exports Programme (PROEX), from its creation in 1991 untill year 2000. For this purposal it was considered PROEX budget and its impact in Brazilian exports. It was observed that this instrument is able to improve all the Brazilian economy. It depends on policies to be adopted and also the continuing analyses of the international market perspectives.

## 1 INTRODUÇÃO

Uma questão crítica e controversa entre economistas de diferentes correntes refere-se a quando os governos devem intervir para promover tipos específicos de atividades produtivas voltadas para as exportações? As respostas têm dependido dos diversos momentos da economia interna e externa. No entanto, tem sido consenso que a intervenção precisa estar baseada no fato de que os mercados sem ajuda tendem a não ser adequadamente eficientes e, em um razoável otimismo, que falhas dos governos não se darão de imediato, como as do mercado. Embora outros fatores, tais como inovação tecnológica, condições de infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra e desoneração fiscal sejam determinantes para o incremento das exportações, a política de financiamento às exportações tem significativo peso no aumento das vendas externas, ou até mesmo para a introdução de um produto no mercado internacional.

A aplicação desse consenso em casos atuais, entretanto, tem gerado discussões, principalmente se os produtos são do setor privado. Por outro lado, o Estado deve ser um agente observador do processo competitivo externo; deve ter um papel preponderante no jogo da competitividade externa, justificando assim uma forte presença quanto a políticas de promoção de exportações [Neven e Seabright, 1995].

A necessidade do governo em aumentar as exportações brasileiras tem levado os organismos responsáveis pela elaboração e implementação de políticas de exportação a qualificar mão-de-obra (por meio de cursos com ênfase em economia internacional, análise de comércio exterior, etc.), a buscar novas formas de incentivar indústrias e empresas de pequeno e médio porte a colocarem seus produtos no mercado internacional. Esses mecanismos estão concentrados, sobretudo, em promover as vendas externas de produtos que tenham um alto valor agregado (capital intensivo).

O incremento das exportações também aumenta a participação das pequenas e médias empresas no mercado internacional, pois segundo uma pesquisa do SEBRAE (1998), apenas 160 empresas respondem por 60% das exportações atuais, enquanto 10 688 pequenas e médias empresas respondem por apenas 3,27% do valor exportado. Deve ser ressaltado o fato de o Brasil ter vantagens comparativas em bens mais intensivos em mão-de-obra.

As pequenas e médias empresas, além da pouca participação no mercado externo, têm um maior coeficiente de absorção de mão-de-obra, nem sempre qualificada, o que acarreta uma baixa produtividade e, portanto, o fato de que não são competitivas no mercado internacional.

---



É importante ressaltar que o maior objetivo de exportar é o de conseguir divisas, sobretudo para pagar as importações e promover o desenvolvimento econômico do país exportador. Até meados do século XX, as exportações brasileiras estavam baseadas em poucos produtos (ciclos: açúcar, ouro, café e borracha em menor escala).

O objetivo deste trabalho é analisar a contribuição do Programa de Financiamento à Exportações (PROEX) no incremento do valor das exportações de produtos manufaturados no período de 1991/2000.

Observa-se que, a partir dos anos 1950, com o surto da industrialização no país, começaram a ser implantados mecanismos para promover as exportações, diversificando os produtos para vendas externas e conseguindo-se novos mercados no exterior, o que resultou em reduções nos déficits da balança de pagamentos.

Entretanto, deve-se considerar que, de forma geral, o comportamento das exportações de um país depende de fatores políticos e não-políticos. Portanto, ao se analisar o comportamento das exportações deve-se levar em conta aspectos expressivos da economia (dotação de recursos naturais e de fatores em geral, extensão geográfica, nível de desenvolvimento socioeconômico, tecnologia usada e investimentos tecnológicos, política industrial existente, custos de transporte); políticas de curto prazo (comércio, fiscal, movimento de capitais, crescimento relativo da produtividade); políticas microeconômicas ou setoriais (sistema de drawback, isenção de impostos diretos e crédito para exportação); fatores externos que afetam a demanda e a oferta mundial para produtos tradeables (produtos comercializáveis).

No Brasil, os entraves apontados para o incremento das exportações estão basicamente relacionados com as deficiências nos serviços de infra-estrutura, destacando-se as debilidades institucionais e dificuldades burocráticas. Pesquisa da FUNCEX (1997), realizada a partir de consultas a 336 empresas exportadoras, aponta os seis principais obstáculos ao incremento das exportações: tarifas portuárias domésticas, taxa de câmbio, frete internacional, ausência de financiamento às exportações, tributos domésticos incidentes sobre as exportações, frete doméstico e "Custo Brasil" em geral, expressão utilizada relativamente a fatores internos que dificultam ou oneram as atividades exportadoras do país [Ferraz Filho e Cavalcanti, 1997].

Com o intuito de aumentar as exportações, o governo brasileiro vinha implementando diferentes políticas, visando incentivá-las nas últimas décadas. O que se questiona é a efetividade dessas políticas ao objetivo proposto, tais como: incremento das taxas de crescimento econômico, aumento da renda nacional, geração de empregos e até mais significativa alavancagem de desenvolvimento tecnológico por meio da exportação de produtos com maior valor agregado (com mais intensidade tecnológica), além de melhor equilíbrio das contas da balança comercial.

Paralelamente a esses incentivos, foram implementados mecanismos promotores de exportações, tais como: a) estímulos para que o sistema de crédito se oriente à

---

produção e comercialização de produtos destinados a exportação, bem como para a produção de insumos destinados a produtos exportáveis; b) incentivo às exportações de produtos com maior valor adicionado; c) apoio às pequenas e médias empresas na logística e comercialização de produtos para exportação, principalmente aqueles com maior valor agregado, por meio da Agência de Promoção de Exportação (APEX).

Embora sejam inúmeros os fatores determinantes no incentivo às exportações, a política de financiamento poderá contribuir de forma negativa ou positiva, conforme a eficácia de sua implementação e de sua condução. Se critérios e garantias são estabelecidos a priori, considerando o grau de absorção do mercado externo, os resultados serão positivos; caso contrário, promove-se um viés antiexportação [Tyler, 1982].

No novo contexto de estabilidade econômica, um dos esforços da administração, no tocante às exportações, concentra-se na premissa de que o aumento da competitividade das vendas externas deverá ser alcançado, sobretudo pelo financiamento por meio do PROEX, que vem financiando as exportações desde 1991. Resta analisar a sua real efetividade como política promotora das exportações.

Considerado tal cenário, este trabalho analisa a contribuição do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) no incremento do valor das exportações de manufaturados no período de 1990/2000, sobretudo nos aspectos referentes a: a) análise dos objetivos propostos na sua concepção; b) análise da evolução desse instrumento de incentivo às exportações ao longo da década de 1990; c) análise do crescimento do valor exportado de manufaturados considerando o volume de recursos aplicado no período; d) identificação, se possível, de ações que possam ser implementadas para alcançar melhores resultados do programa.

Segundo a literatura existente, a política de incentivo às exportações, instalada no país nos anos 1960, de acordo com a orientação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), foi relevante para a diversificação e o incremento da produção interna, bem como para adaptar a economia nacional às crises externas ocorridas na década de 1970 e início de 1980. Essa política começou a se deteriorar a partir de 1983 devido a vários fatores, sobretudo: *i*) pressões de alguns parceiros comerciais do Brasil e do GATT (Acordo Geral de Tarifa e Comércio), o que afetou os incentivos fiscais; *ii*) recessão internacional, com forte protecionismo por parte dos países industrializados; e *iii*) a crise financeira interna agravou-se, impedindo a continuidade das linhas de crédito do governo brasileiro à exportações.

A década de 1990 foi marcada por alterações significativas na forma de desenvolvimento econômico do país. Até então, o governo era o principal agente promotor do crescimento, orientando a expansão econômica por um lado e, por outro, mantendo a economia fechada às compras do mercado externo, por meio de barreiras tarifárias e não-tarifárias às importações, tarifas elevadas, restrições de acesso ao câmbio, ou seja, evitando a concorrência de produtos externos e protegendo, dessa forma, as empresas domésticas.

---

Ainda nesta década, segundo as observações de Bonelli e Brito (1997) na administração do presidente Collor, foi instalada a nova Política Industrial e de Comércio Exterior, que alterou radicalmente o sistema vigente, até então, de política industrial e de comércio externo.

Assim, uma das principais medidas do governo referia-se à liberalização das importações, acompanhada de um impacto de apreciação do câmbio que permitiria às empresas nacionais importarem máquinas, equipamentos, insumos e tecnologias necessárias à modernização do processo produtivo, não mais dependendo de "regimes especiais."

Em junho de 1990, foi adotada a nova Política Industrial e de Comércio Exterior. Foram abolidas as barreiras não-tarifárias sem apoio legal, provenientes do período de substituição das importações, e estabeleceu-se que as tarifas de importação seriam reduzidas, gradualmente, entre 1990 e 1995.

Tal política brasileira de comércio exterior visava promover as exportações, baseada na expansão da produção industrial interna, no fluxo do comércio mundial, na demanda internacional, nas influências cíclicas sobre a demanda doméstica geralmente definida pelo grau de utilização da capacidade produtiva instalada (freqüentemente o produto potencial) e no abastecimento do mercado interno, evitando, assim, práticas que possam prejudicar a produção nacional.

A redução de medidas protecionistas fez com que as empresas locais, tanto nacionais quanto estrangeiras, aprimorassem seus processos produtivos e, conseqüentemente, a qualidade dos seus produtos finais para disporem de melhores condições para fazer face à concorrência dos produtos externos, que passaram a ser oferecidos no mercado. Ou seja, como é fartamente sabido, caso as empresas não se modernizassem, não suportariam a concorrência externa e sairiam do mercado.

A abertura comercial brasileira, segundo Lima et al. (1999) reduziu o viés antiexportação, por meio da diminuição de tarifas aduaneiras; porém, não assegurou o crescimento sustentável das exportações.

Portanto, associado a essa nova perspectiva de abertura, o governo, como agente promotor das exportações, estruturou e está aprimorando de forma contínua uma política que promova as exportações visando atingir os seguintes objetivos:

- procurar assegurar condições domésticas similares à concorrência externa, por meio de isenções fiscais do IPI, ICMS, Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS), IR, etc.;
  - permitir aos estados e ao Distrito Federal instituir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicações (ICMS), ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (Lei Kandir);
-

- fornecer linhas de crédito às exportações por meio de instrumentos especiais, como o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), o BNDES-EXIM (antigo FINAMEX), o Programa Especial de Exportação (PEE), o Programa Novos Pólos de Exportação (PNPE), o Seguro de Crédito à Exportação (SCE) e a Agência de Promoção de Exportações (APEX), considerando a insuficiência de recursos privados; e
- fornecer informações, ao empresariado nacional, sobre oportunidades de maior atuação no mercado externo.

Se, por um lado, o crescimento da economia brasileira depende, em grande parte, do incremento das vendas no mercado externo, por outro, precisam ser solucionados, da forma mais rápida e eficiente, os entraves que oneram e dificultam as exportações brasileiras.

Assim sendo, melhorias econômicas e sociais refletidas na infra-estrutura (transportes, energia, comunicações), distorções do sistema tributário, elevado custo de mão-de-obra (considerando os encargos sociais) e alto custo do financiamento devem ter tratamentos prioritários para diversificação e aumento das exportações. A redução desses custos e serviços implica diretamente ganhos de produtividade que repercutem diretamente no comércio externo, de acordo com a teoria clássica dos custos comparativos, em que o comércio externo resulta dos custos relativos entre países.

A criação de instrumentos promotores de exportações tem um período de maturação, de acordo com Williamson (1993) e Neven e Seabright (1995) superior a cinco anos (as empresas exportadoras procuram melhor conhecer as medidas; adaptam-se às mesmas segundo a conveniência; analisam as vantagens proporcionadas, o grau de credibilidade; observam atentamente o grau de estabilidade do mecanismo, etc.)

O modelo instituído do PROEX é muito semelhante aos que já foram utilizados pelos Estados Unidos, com a criação do Ex-Imbank, em 1934; na Alemanha, com a implantação em 1948 do Kreditanstalt für Wiederaufbau; e no Japão, por meio do Export-Import Bank of Japan, criado em 1950, atual Japan Bank for International Cooperation. O principal objetivo desses organismos é o de promover o intercâmbio com outros países, pelo fornecimento de uma ampla linha de créditos para apoiar e encorajar o financiamento de bancos comerciais e outras instituições financeiras alemãs e japonesas, principalmente financiar exportações e importações. Essas instituições, entre outras atividades, operam com *supplier's credit*, *buyer's credit* e equalização, alavancando de forma crucial o comércio externo dos três países, Ex-Imbank (2000), KFW (1998) JBIC (1999).

Este texto concentra-se no estudo e na análise da efetividade dos créditos oferecidos pelo PROEX, no valor de exportação no período de 1990/1999, tendo como sustentação da análise a teoria de Williamson (1993); Neven e Seabright (1995), afirmando que a efetividade de instrumentos de promoção à exportação tem um período de

---

maturação superior a cinco anos, devido a fatores que envolvem desde o exportador e o importador até aspectos de mercado como, entre outros, a experiência do consórcio Airbus.

A escolha do PROEX deve-se ao fato de ser a única linha de crédito totalmente financiada pelo governo, por meio de recursos do Tesouro Nacional, previstos no Orçamento Geral da União, o que permite uma interferência direta do governo, até mesmo na seleção dos setores que poderão ser beneficiados.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste estudo foi o método dedutivo comparativo, utilizando o conceito sistêmico de alguns fatores mais representativos que interferem no mercado de exportação de um país, particularmente os benefícios relativos a uma política estável. A análise teve como referencial básico dados históricos de exportações (1974/2000), e foram adotadas as seguintes técnicas de pesquisa:

- análise para todo o período 1947/2000 considerando o valor total das exportações e todos os instrumentos até então aplicados para a promoção das exportações. O objetivo é verificar o comportamento das exportações no período em análise;
- a avaliação dos períodos de aplicação do PROEX 1991/2000;
- avaliações considerando as exportações de produtos/setores mais beneficiados com o PROEX.

Com o intuito de atingir o objetivo da proposta e possibilitar a comprovação das hipóteses levantadas, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- concepção de uma equação de avaliação de instrumentos de promoção à exportação e aplicação do modelo econométrico para verificar sua efetividade nas exportações de manufaturados;
- entrevistas com técnicos responsáveis pela formulação do PROEX.

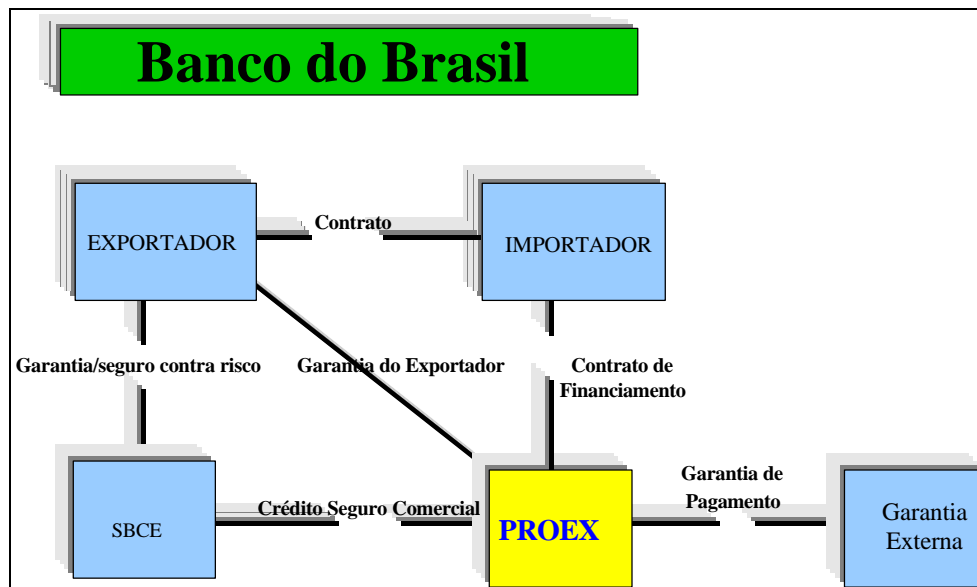
## 3 PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES – PROEX

Pela Lei nº 8 187, de junho de 1991, foi criado o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), cujo objetivo é proporcionar às exportações brasileiras condições de financiamento equivalentes às do mercado internacional, nas modalidades financiamento e equalização, SECEX/BB (1999).

---

O PROEX financia diretamente ao exportador ou ao importador de bens e serviços brasileiros, incluídos programas de computador ou de softwares e filmes com recursos do Tesouro Nacional, previstos no Orçamento Geral da União. A operação é conduzida pelo Banco do Brasil. A figura 1 apresenta essa estrutura.

FIGURA 1  
Estrutura do PROEX



Fonte: Elaboração própria.

Segundo a Secretaria de Comércio (SECEX), as linhas de crédito do PROEX são realizadas de acordo com as seguintes modalidades:

- Financiamento ao Exportador (Supplier's Credit) – concedido mediante desconto de títulos de crédito ou cessão de direitos de crédito, após contratada a venda externa e o embarque das mercadorias ou faturamento do serviço.
- Financiamento ao importador (Buyer's Credit) – concedido mediante contrato firmado entre entidades estrangeiras e o governo brasileiro. O financiado, na medida em que recebe o bem ou serviço contratado, autoriza o crédito na conta do exportador.

São financiados os produtos relacionados por meio de portaria do Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior (MDICE), serviços de instalação, montagem, manutenção e posta em marcha, no exterior, de máquinas ou equipamentos de fabricação nacional, programas de computadores ou softwares e filmes.

O prazo para esse tipo de operação é o decorrido entre a data de embarque dos bens ou de faturamento dos serviços e a data da última prestação. Nas exportações

os prazos de pagamento variam entre 60 dias e 10 anos. Em função do valor unitário, as mercadorias podem ter seus prazos ampliados. Nas exportações de serviços, o prazo é decidido caso a caso pelo Comitê de Crédito às Exportações (CCEEx).

Os spreads máximos autorizados pelo Banco Central do Brasil por meio da Carta Circular nº 2 881 são mostrados na tabela 1. A Resolução nº 2 799 do Conselho Monetário Internacional, de 6 de dezembro de 2000, estabelece que "no financiamento às exportações de aeronaves para aviação regional, a equalização das taxas de juros será estabelecida operação por operação, em níveis que poderão ser diferenciados de acordo com as características de cada operação, respeitada a Commercial Interest Reference Rate (CIRR), divulgada mensalmente pela OCDE, relativa à moeda e ao prazo de financiamento da operação [BACEN, 2001].

TABELA 1  
Limites Autorizados para a Equalização de Taxas de Juros no PROEX

Prazo de Financiamento	Carta Circular 2 843 25 - mar. 99	Carta Circular 2 881 11 - nov. 99
0 - 6 meses	1.0	0.5
6 meses - 1 ano	2.0	1.0
1 - 2 anos	2.2	1.1
2 - 3 anos	2.4	1.2
3 - 4 anos	2.6	1.3
4 - 5 anos	2.8	1.5
5 - 6 anos	3.0	1.7
6 - 7 anos	3.2	1.9
7 - 8 anos	3.4	2.1
8 - 9 anos	3.6	2.3
9 - 10 anos	3.8	2.5

Fonte: BACEN/2001.

O percentual máximo financiável, nas exportações com prazo superior a dois anos, é de 85%. A amortização do financiamento é feita pelo importador em prestações iguais e sucessivas, com vencimento semestral. O pagamento é efetuado em dólar norte-americano ou em outra moeda de livre conversibilidade aceita internacionalmente.

A forma PROEX-Equalização de taxa de juros é o financiamento concedido diretamente ao exportador ou importador de bens e serviços brasileiros, incluídos programas de computadores ou softwares e filmes, realizados pelas instituições financeiras, cabendo ao Tesouro Nacional o pagamento de parte dos encargos financeiros, tornando-os equivalentes àqueles praticados no mercado internacional.

Os itens equalizáveis são os mesmos do PROEX-Financiamento. O exportador negocia livremente com o financiador a garantia, a taxa de juros, o prazo de financiamento e o percentual financiável (que poderá atingir 100%).

As Portarias números 374 e 375, de 21 de dezembro de 1999, do MDICE, elevaram a quantidade de produtos elegíveis para financiamento e para modalidade de equali-

zação do PROEX, o que demonstra os ajustes feitos para aumentar a eficiência do mecanismo DOU (22/12/99).

**3.1 Recursos Alocados e Aplicados ao PROEX** O Orçamento Geral da União, no período de 1991/2000, alocou o montante de US\$ 7 241,30 milhões, conforme a tabela 2, sendo deste total 30% alocados na modalidade financiamento, 13% em equalização e 57% em equalização de títulos. A figura 2 sintetiza esses resultados:

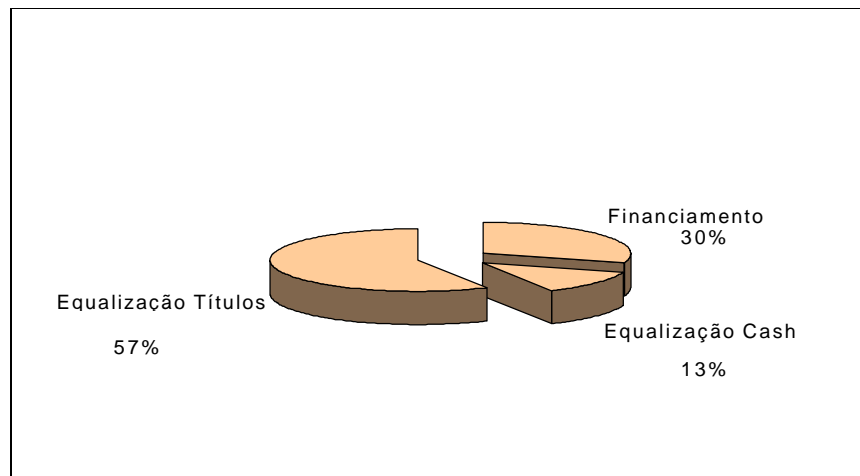
TABELA 2  
Dotação Orçamentária do PROEX – MP/SOF

(Em US\$ milhões)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Financiamento	228,4	87,7	82,2	86,6	15,3	184,7	186,8	391,4	446,3	434,1
Equalização (cash)	155,7	231,7	25,6	91,1	95,2	100,0	62,3	64,3	48,2	47,0
Equalização títulos	-	-	123,5	763,4	913,1	212,6	568,3	753	413,9	428,9
<b>Total</b>	<b>384,1</b>	<b>319,4</b>	<b>231,3</b>	<b>941,1</b>	<b>1023,6</b>	<b>497,4</b>	<b>817,4</b>	<b>1208,7</b>	<b>908,4</b>	<b>910,0</b>

Fonte: BB/STN.  
Elaboração: MP.

FIGURA 2  
Distribuição dos Recursos Orçamentários  
Previstos para PROEX – 1991/2000



Fonte: Orçamento da União – BB/STN.



Observa-se que, embora o PROEX tenha sido criado em 1991, sua real efetivação acontece a partir de 1994, conforme apresentado na tabela 3, referente a operações e valores aprovados.

TABELA 3  
PROEX – Programa de  
Financiamento às Exportações – Desempenho 1994/2000

(Em US\$ milhões)

Ano	Operações Aprovadas				Exportações Efetivadas			
	Financiamento		Equalização de Taxas		Financiamento		Equalização de Taxas	
	Quantidade de Operações	Valor da Exportação	Quantidade de Operações	Valor da Exportação	Quantidade de Operações	Valor da Exportação	Quantidade de Operações	Valor da Exportação
1994	9	10,3	688	546,2	30	88,3	N. D.	97,8
1995	22	150,9	1 082	1 825,7	7	45,1	N. D.	305,8
1996	90	372,9	2 042	6 793,3	40	75,9	N. D.	971,8
1997	59	288,8	4 855	10 020,9	53	135,6	N. D.	2 561,1
1998	617	585,6	8 079	26 800,7	297	211,4	N. D.	7 111,2
1999	701	1 113,2	4 691	14 639,1	522	209,1	N. D.	6 254,7
2000	1 010	1 429,4	4 347	10 530,5	877	413,7	N. D.	7 804,9

Fonte: Banco do Brasil/2001.

Nota: N. D. = não disponível

Os produtos beneficiados são, na sua quase totalidade, os relacionados com máquinas e equipamentos e material de transporte. No período, esses produtos correspondiam, em média, a aproximadamente 70% dos recursos alocados.

Também observa-se a consolidação do Programa pelo crescimento do número de exportadores no período analisado, conforme apresentado na tabela 4.

TABELA 4  
Quantidade de Exportadores Beneficiados

Ano	FIN + EQUAL	FIN	EQUAL
1994	131	6	125
1995	152	12	140
1996	177	24	153
1997	269	26	243
1998	587	233	354
1999	516	284	232
2000	648	476	172
<b>Total</b>	<b>2 480</b>	<b>1 061</b>	<b>1 419</b>

Fonte: Banco do Brasil. Dados 2000 – jan./out.

O mesmo crescimento vem acontecendo com as operações aprovadas pelo programa (ver tabela 5).

TABELA 5  
Operações Aprovadas (Posição em 31/12/99)

Ano	FIN + EQUAL	FIN	EQUAL
1994	697	9	688
1995	1,104	22	1,082
1996	2,132	90	2,042
1997	4,944	59	4,855
1998	8,696	617	8,079
1999	5,392	701	4,691
<b>Total</b>	<b>22,965</b>	<b>1,498</b>	<b>21,467</b>

Fonte: Banco do Brasil/2000.

Observa-se também que a demanda dos países, potenciais importadores do Brasil, tem aumentado continuamente, demonstrando a consolidação do PROEX no mercado internacional, como pode ser observado pelos dados apresentados na tabela 6.

TABELA 6  
Quantidades de Países Importadores

Ano	FIN + EQUAL	FIN	EQUAL
1994	25	2	23
1995	30	5	30
1996	85	6	85
1997	111	12	111
1998	109	36	109
1999	95	45	95

Fonte: Banco do Brasil/2000.

Como a dotação orçamentária do PROEX é em reais e as exportações são realizadas em dólares norte-americanos, com a megadesvalorização do real, em janeiro de 1999, os recursos do mecanismo reduziram-se, afetando as suas operações, tanto na modalidade financiamento quanto equalização.

#### 4 POLÍTICAS DE PROMOÇÃO À EXPORTAÇÃO – ALGUMAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Um dos primeiros programas de financiamento às exportações a ser implantado com êxito foi o Export-Import Bank (Ex-Imbank), dos Estados Unidos, criado em 1934 como uma agência independente do governo para promover as vendas externas do país. A missão do Ex-Imbank é a de gerar empregos por meio das exportações.

Sua essência está em fornecer garantias de empréstimo de capital para os exportadores americanos. Também fornece seguros de crédito aos exportadores contra riscos de não pagamentos por parte dos importadores ou por razões comerciais. O organismo não concorre com os emprestadores comerciais, mas assume o risco que não podem aceitar [Relatório do Ex-Imbank, 1999].

Dessa forma, o órgão tem papel relevante para os exportadores americanos, fornecendo créditos subsidiados de outros governos. Também fornece créditos ao setor privado e créditos a importadores privados quando não lhes estão disponíveis créditos públicos em seus países.

O organismo apóia as vendas americanas para o mundo. Nos últimos anos, beneficia sobretudo os países em desenvolvimento cujas economias estão crescendo a uma taxa duas vezes superior à das nações industrializadas [Relatório do Ex-Imbank, 1999].

Também financia exportações de todos os tipos de bens e serviços, inclusive commodities, desde que não tenham relações militares (existem algumas exceções). Duas de suas maiores metas são aumentar as exportações de bens e serviços ambientais, os quais são altamente demandados pelos países em desenvolvimento, e expandir o número de pequenos negócios americanos que usam programas do Ex-Imbank.

Os principais programas financiados pelo órgão são: a) Garantias de Programas de Capital; b) Garantias de Programas de Médio e Longo Prazo; c) Garantia de Créditos; d) Programas de Meio Ambiente & Nuclear; e) Programas de Seguros de Créditos para Exportações; f) Programas de Empréstimos de Médio e Longo Prazo; g) Programas de Financiamento de Projetos; e h) Programa de Financiamento de Aeronaves [Relatório Ex-Imbank, 2000].

O organismo recebe seus recursos financeiros diretamente do Tesouro dos Estados Unidos. Sendo assim, tem condições de oferecer melhores condições de financiamento às exportações. Dessa forma, o governo norte-americano atua subsidiando indiretamente as exportações do país.

O governo dos EUA oferece créditos abaixo das taxas de mercado (bem como seguros e garantias de crédito para firmas privadas) e subsidia as exportações norte-americanas para os importadores com um empréstimo que eles poderiam obter apenas com taxas de juros elevadas (ou talvez não conseguissem nenhum tipo de financiamento). Os importadores dos EUA obtêm um incentivo para importar [Relatório Ex-Imbank, 2000].

A política do Ex-Imbank de encontrar subsídios provenientes do governo para exportações gera uma segunda fonte de viés para fornecedores competitivos. No que concerne à situação de *laissez-faire* dos Estados Unidos (mas não *laissez-faire* em nível mundial), os exportadores recebem um alto subsídio, uma vez que a concorrência externa, altamente agressiva, também é subsidiada. Considerada a tendência ex-

---

terna a subsidiar exportações de produtos com alto conteúdo tecnológico, as exportações americanas também recebem grandes subsídios.

O terceiro viés observado [Feinberg, 1982] é que o empréstimo do Ex-Imbank vai de forma desproporcional financiar exportações de produtos americanos que são usados nos projetos externos de geração de renda das exportações, se comparado com projetos de produzir substitutos para importações ou bens não comercializáveis. Assim, a exportação de mercadorias americanas usadas em tais projetos é favorável às exportações americanas em geral. Conclui-se, então, que nos EUA existe um programa de incentivo às exportações centrado em subsídios.

Eaton (1986) em sua pesquisa ressalta que durante cinquenta anos de história, o Export-Import Bank (Ex-Imbank) dos Estados Unidos forneceu uma variedade de serviços financeiros aos exportadores de produtos norte-americanos e aos seus importadores. A meta, na sua criação, era financiar o comércio com a União Soviética.

Ademais, observou que vários estudos foram realizados para medir os elementos de subsídios envolvidos nas operações do Ex-Imbank [Congresso dos EUA, 1981; Boyd, 1982; Baron, 1983]. Estima-se que o montante total de subsídios varia de US\$ 2 bilhões a US\$ 9 bilhões por ano.

Também a Alemanha, em 1948, estabeleceu o Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW). Suas funções são a de um banco de promoção da economia alemã e de colaboração para os países em desenvolvimento. O governo federal alemão detém 80% do capital e os demais 20% pelos Estados da Federação (Federal Länder).

O KfW fornece financiamento de longo prazo para exportações de bens de capital das empresas alemãs. Além das exportações tradicionais, também financia projetos de larga escala, especialmente nas áreas de energia, telecomunicações e transporte. Também fornece empréstimos que assegurem a demanda de insumos para a economia alemã [Relatório do KfW, 2000].

O financiamento das exportações requer uma cooperação estreita e confiável entre o exportador, o financiador e devedor. Assim, informações sobre financiamento devem ser realizadas pelo exportador alemão interessado ao KfW (de modo ainda informal). As partes interessadas do exterior devem esclarecer suas dúvidas sobre financiamento para operações específicas junto ao exportador alemão ou diretamente ao KfW.

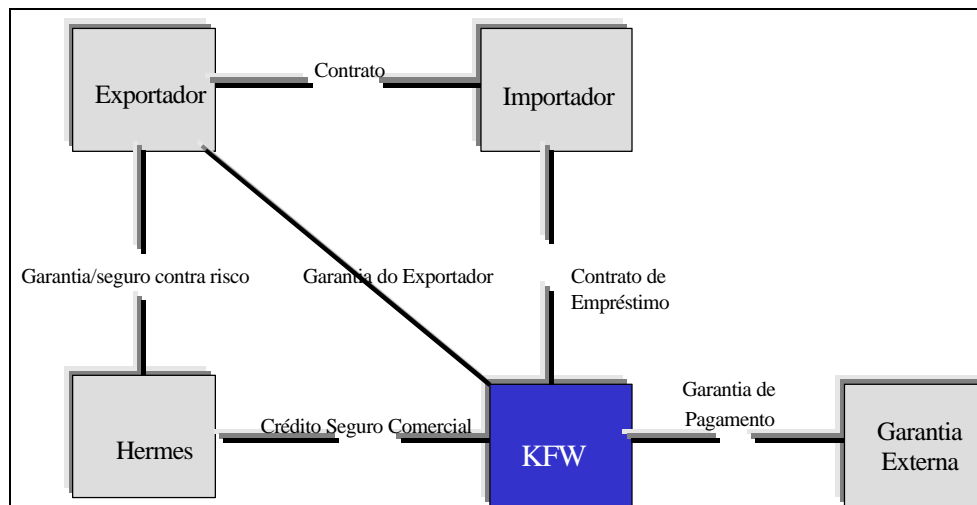
Considerando sua orientação regional específica, em muitos casos o KfW necessita da cobertura do governo alemão contra riscos financeiros e políticos (cobertura pelo Hermes Seguro de Crédito à exportação).

A taxa de Hermes constitui-se no custo a ser pago pela cobertura da manufatura; a garantia da exportação e o seguro de crédito da República Federal são usualmente levados em consideração pelo exportador no cálculo do preço oferecido. De outra

---

forma, uma modalidade específica de pagamento separado da taxa deve ser combinada entre o comprador/mutuário. A figura 3 sintetiza a forma de operar do KFW.

FIGURA 3  
Estrutura de Funcionamento do KFW



Fonte: KFW.

Alguns estudos comprovam essa política e sua influência desde a sua criação.

De 1971 a 1989 o volume das exportações financiadas pelo KFW quintuplicaram. Além disso, seu financiamento diversificou-se. A intensificação da competitividade no financiamento internacional forçou o KFW a procurar novas formas de promoção de exportações. Novas atividades, como o financiamento da aeronave Airbus, demandaram novos e freqüentes modelos para determinados fins.

Nesse período, a maior parte das nações industrializadas detinha recursos suficientes para apoiarem suas exportações de produtos manufaturados em bases permanentes e para manter a taxa de crescimento de emprego e seus custos crescentes. Por essa razão, o KFW foi obrigado a reforçar o componente de suas exportações – financiando-as, se quisesse continuar a promover a indústria alemã no exterior.

De forma diferente da promoção de comércio para o mercado doméstico, o KFW não subsidiou a taxa de juros incidentes sobre seus empréstimos para exportações às expensas de seus próprios ganhos. Ao contrário, os ganhos do financiamento das exportações eram necessários para apoiar seu programa promocional crescente. Ao mesmo tempo, entretanto, o KFW tinha que estabelecer provisões adequadas para o risco, uma vez que, em contraste com a situação dos anos 1960, teve que assumir mais e mais posições de acordo com o financiamento das exportações, o qual no passado havia sido amparado pelo Hermes ou pelas próprias exportações.

Nessa nova etapa, o fator crucial para o KFW foi ter mantido bons contatos com os exportadores alemães e com seus principais clientes no exterior, o que possibilitou o rápido atendimento às solicitações de financiamento, com criatividade e completo conhecimento dos riscos em que incorria.

Assim, o financiamento geral das exportações, que atuava antes como promotor das vendas externas de plantas industriais e de geração de energia, alterou-se de forma crescente e distinta para financiar a exportação de navios e aeronaves, sendo aplicadas regras separadas para promoção de vendas mediante subsídios do governo federal e uso de financiamento para mercados-orientados, financiando técnicas e métodos de garantia (como a Usina de Angra dos Reis, em 27 de junho de 1975).

A indústria do Airbus, consórcio de fabricantes europeus, desenvolveu o Airbus 300 como uma aeronave comercial nos anos 1960, com considerável apoio financeiro dos governos participantes (Alemanha, França, Inglaterra e Espanha). Novamente, o governo federal alemão teve que apoiar financeiramente, com recursos do orçamento do país, em conjunto com os parceiros europeus, para assegurar condições de financiamento para as vendas de aeronaves, da mesma forma que o governo americano apoiava as vendas de aeronaves da Boeing e da McDonnell-Douglas.

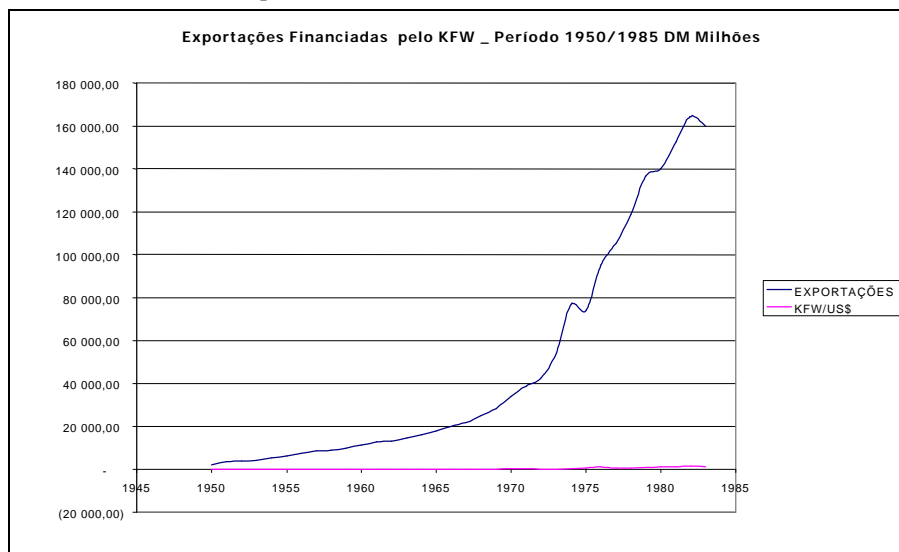
Mais importante e interessante que a administração das concessões do Estado foi a extensão do crédito para as vendas mundiais da aeronave Airbus, atividade assumida no início de 1975 pelos governos da Alemanha e da França [Heinrich Harries, 1998].

Neven e Seabright (1995) observaram que o apoio governamental às exportações pode ser justificado em segmentos que se tornem rentáveis para a economia como um todo. Como exemplo, temos sem dúvida a importante motivação para o lançamento do consórcio Airbus. Os mercados de capitais freqüentemente falham em encontrar atividades que genuinamente têm expectativa de serem rentáveis ou falham por demandarem um longo período de investimentos. Isso se explica pelo fato de os investidores serem mais avessos aos riscos que o governo, ou por falhas institucionais. Outro argumento diz respeito ao fato de que algumas atividades podem ser rentáveis somente por ser de conhecimento que terão apoio do governo, agente fornecedor de credibilidade à presença do produtor no mercado.

De acordo com Relatórios do KFW (1994 e 2000) – *Financiamento das Exportações a médio e longo prazo na República Federativa da Alemanha apoiadas pelo KFW* -, as exportações do país aumentaram significativamente nos anos 1960 e 1970. Primeiro com o apoio para a promoção de exportações de navios e depois com o financiamento das exportações de aviões (Airbus) a partir de 1975. A influência do financiamento do KFW nas exportações alemãs pode ser observada na figura 4, na qual as vendas externas aumentam significativamente em função do incremento dos recursos alocados ao KFW.

---

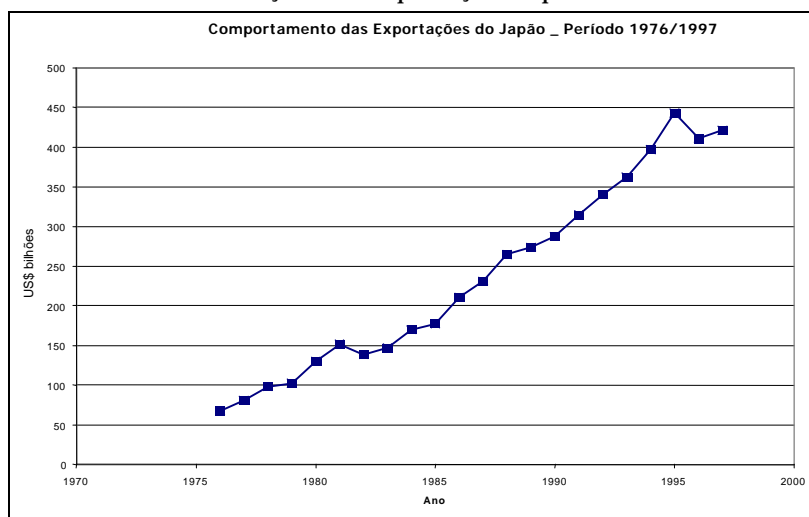
FIGURA 4  
Evolução das Exportações da Alemanha versus Financiamento KFW



Fonte: KFW, 2000.

Quando se observa a evolução das exportações do Japão, percebe-se que existe uma evolução constante dos valores de exportação – embora não se tenha dados dos recursos alocados ao financiamento às exportações, sabe-se que o instrumento é semelhante ao KFW e ao PROEX. A evolução das exportações japonesas está apresentada na figura 5 (dados no anexo C).

FIGURA 5  
Evolução das Exportações Japonesas



Fonte: JBIC e IFS – 1998.

## 5 ALGUNS ESTUDOS SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Barros et al. (1975) demonstraram em sua pesquisa que, sendo o sistema de incentivos às exportações a contraparte do sistema fiscal montado durante uma fase de substituição de importações, poder-se-ia estar incorrendo em custos alocativos ao promover exportações, considerando que a maior parte dos incentivos era concedida a produtos (e provavelmente a setores) que apresentavam maiores custos domésticos e, provavelmente, menores vantagens comparativas.

Observa-se a importância do custo da obtenção de divisas nos critérios de alocação quando a economia se depara com problemas no balanço de pagamentos. Ademais, em parte o sistema de incentivos em vigor parecia determinar certos custos alocativos ao sistema econômico e, caso a situação da oferta não se alterasse ao longo do tempo, teríamos dificuldades com relação à evolução das exportações, além da elevação dos custos impostos à economia (e ao padrão de investimentos) em termos de crescimento. Por outro lado, a inserção do Brasil no comércio exterior ficava comprometida com a manutenção da taxa sobre a exportação de produtos agrícolas.

Em 1976, Tyler abordou por um lado o processo de substituição de importações no Brasil e, por outro, a necessidade primordial de uma política de exportações para expandir e manter o ritmo de crescimento econômico futuro do país, considerando que suas exportações estavam se diversificando e aumentando.

Os estudos de Savasini (1978) avaliam as políticas de exportações brasileiras iniciadas na segunda metade dos anos 1960. As exportações, que praticamente haviam estagnado desde 1947, começaram a exibir altas taxas de crescimento; a estrutura das exportações também se alterou, bem como foram conseguidos novos mercados externos.

Cardoso e Dornbusch (1980) desenvolveram um ensaio baseado em duas hipóteses: o Brasil é um país pequeno, no sentido de que o preço de suas exportações é imposto pelo mercado externo; e a participação das exportações na produção de manufaturas é determinada pela remuneração real das exportações em relação às vendas domésticas.

Pinto (1981) publicou em *Estudos Econômicos* "Os efeitos dos Incentivos Fiscais sobre a Estrutura das Exportações Brasileiras de Manufaturados", destacando, entre outros aspectos, os efeitos da desoneração de impostos sobre produtos a serem exportados. O país estava exportando também impostos, o que tornava os produtos brasileiros menos competitivos no mercado internacional.

Musalem (1981) observou que os agentes econômicos exportadores tinham expectativas racionais quanto à taxa de juro esperada e à taxa de desvalorização cambial tradicionais).

Segundo Gartenkraut e Bonelli (1985), a política de promoção de exportações torna-se ativa a partir de 1964, quando deliberadamente tem enfoque o processo de substituição de importações. A política de promoção de exportação foi introduzida

---



de forma escalonada: a) Isenções fiscais (ICM, IPI, drawback); b) Incentivos Fiscais (Crédito de Prêmio do IPI, Crédito de Prêmio do ICM); Taxa de Incentivos Fiscais; Subsídios Financeiros (Subsídios Creditícios, Dispensa de depósito compulsório drawback); Taxas de subsídios financeiros; e Taxa total de promoções às exportações de manufaturados. A isenção fiscal foi o mais importante, quanto à duração no tempo e magnitude relativa.

Os três subsídios (isenções fiscais, incentivos fiscais e subsídios financeiros) contribuíram para incrementar as exportações de manufaturados.

A pesquisa do programa aplicado de subsídios às exportações de manufaturados demonstrou que cada um e todos os subsídios foram aproveitados pelo setor exportador, reagindo por meio da expansão e participação da produção exportada no total da produção setorial.

O sistema brasileiro de promoção às exportações baseia-se, sobretudo, em incentivos fiscais às exportações, linhas de créditos para as vendas externas e equalização Markwald (1985). Na década de 1990, esse sistema ampliou-se com apoio às exportações de máquinas e equipamentos, produtos com maior intensidade tecnológica e até mesmo auxílio a projetos de pequena e média empresa.

Baumann e Braga (1986) ressaltaram que os países em desenvolvimento esforçam-se para promover as exportações de produtos industrializados, mas não dispõem de elementos favoráveis, como infra-estrutura institucional e financeira, tal qual os países desenvolvidos, o que afeta negativamente a competitividade de seus produtos no mercado externo.

Ademais, os autores analisaram criticamente o sistema financeiro de financiamento às vendas externas e realizam recomendações específicas sobre a política e as práticas para melhor utilização dos instrumentos existentes.

Em 1987, Baumann e Moreira publicaram o documento "Os incentivos às exportações brasileiras de produtos manufaturados – 1969/85". Neste trabalho, elaboram uma série temporal para incentivos concedidos às exportações de produtos manufaturados e abrangem um período de freqüentes e pronunciadas modificações na estrutura de promoção das exportações, quantificando os incentivos. Um dos resultados obtidos é que boa parte dos incentivos à promoção de exportações são apenas isenções de tributos incidentes sobre as vendas no mercado interno, como as isenções de ICM e dos listados no item drawback, (II, IPI, ICM Taxa de Melhoramento de Portos, Taxa Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante, Taxa de Expediente, entre 1975 e 1979, do Depósito Compulsório sobre Importações, a partir de 1980, e isenção do IOF).

Portugal (1993) em "A instabilidade dos parâmetros nas equações de exportação brasileiras" enfatiza um possível problema de instabilidade dos parâmetros resultantes

---

da mudança no regime de política comercial induzida pelas medidas de promoção de exportações adotadas durante o período de meados ao fim dos anos 1960.

Ao se analisar o comportamento das exportações brasileiras, devem também ser observados aspectos dos mercados externos, como demanda, renda, elasticidade do produto a ser exportado, Produto Interno Bruto do país importador, grau de endividamento do mesmo, tamanho do novo mercado (se for o caso), capacidade das indústrias nacionais em concorrer com as externas, facilidades de transportes e comunicações, etc.

## 6 MODELO ECONOMÉTRICO DE AVALIAÇÃO DO PROEX

Foram levantados dados temporais, para a análise empírica, por meio de um modelo econométrico de séries temporais. Foi considerado o período 1974/2000 (anexo A).

Utilizaram-se séries de dados da economia brasileira, em valores desde 1974,<sup>1</sup> de: a) exportações totais; b) produtos manufaturados; c) importações totais; d) valor importações de bens de capitais; e) valor do Produto Interno Bruto brasileiro; f) taxa de câmbio; e g) a partir de 1991 valores relativos à dotação orçamentária do PROEX (anexo A)

No caso desse programa governamental de promoção de exportações de produtos de alto valor agregado, o modelo de exportação é uma relação entre Exportações Totais, Produto Interno Bruto, Importações de Bens de Capital e Recursos alocados ao PROEX do Orçamento Geral da União a partir de 1991.

Para captar o impacto do PROEX sobre as exportações totais, definiremos o start dos incentivos provenientes do mecanismo de promoção das exportações como sendo uma variável de natureza essencialmente qualitativa, conforme Gujarati (2000).

Nesse caso, as exportações independem do nível de renda nacional (ou não se modificam em função desta). A variável taxa de câmbio não terá, em primeira instância,<sup>2</sup> maiores impactos sobre as exportações dos produtos amparados pelo PROEX, uma vez que este opera a modalidade equalização, sobretudo se considerarmos as mudanças estruturais, em períodos de cerca de dez anos, na economia brasileira.

De acordo com Baumann (2000), a política cambial flexível tem possibilitado um ambiente mais favorável ao comércio externo. Pesquisamos a possibilidade de considerar a variável câmbio no nosso modelo, mas a recente estabilidade deste ainda não é

---

<sup>1</sup> Exceto para dos dados da taxa de câmbio, o que nos levou a experimentar modelos alternativos, considerando apenas dados a partir de 1979.

<sup>2</sup> Tal afirmativa pode ser observada nas equações 1, 2 e 3 estimadas (anexos), considerando a taxa de câmbio como variável explicativa, para o período 1979/2000.

---

significativa e impede uma maior análise, uma vez que a estabilização cambial a partir de 1994 ainda não é suficiente para o melhor resultado da análise econométrica.

Tomamos como referência os trabalhos de Portugal (1992) e de Carvalho e De Negri (2000), que utilizaram equações semelhantes para estimar a oferta no comércio exterior. Consideradas tais equações e parâmetros, procurou-se preencher a lacuna existente na literatura econômica, buscando captar os impactos de um programa de promoção das exportações. Busca-se aqui avaliar o impacto do Programa de Financiamento às Exportações – (PROEX), implementado pelo governo brasileiro a partir de 1991.

O impacto de cada variável sobre as exportações de produtos com alto valor agregado pode ser medido pelo efeito marginal, que consiste na derivada parcial da variável dependente em relação a cada regressor.

Tal fato pode ser observado diretamente pelos coeficientes estimados de cada variável. No caso do PROEX, usou-se como modelo uma variável dicotômica (dummy), assim, a análise efeito marginal perde o sentido. Para fins de análise do impacto do PROEX sobre as exportações dos bens manufaturados, de alto valor agregado, foi considerado o modelo demonstrado na equação 1, para o período 1979/2000.

Equação 1 – Modelo de Análise de Regressão do PROEX

$$\mathbf{X} = \beta_0 + \beta_1 \mathbf{ImpBC}_{t-6} + \beta_2 \mathbf{PIB}_t + \beta_3 \mathbf{PROEX\ Dummy} \quad (1)$$

Onde:

X = exportações de bens de manufaturados no período t.

IMP BC-6 = importações de bens de capital no período t-6.

PIB = PIB do Brasil.

PROEX dummy = A variável é binária.

O que se objetiva com a análise do modelo econométrico é perceber sua efetividade ou não por meio das variáveis mais fortemente correlacionadas com as exportações.

Os modelos tradicionais têm argumentado que qualquer programa de incentivo às exportações começa a apresentar resultados após um período superior ao quinto ano de implantação, conforme apresentado em Williamson (1993), Neven e Seabright (1995).

Na estimação do modelo escolhido, foram utilizados dados a partir de 1974, pois conforme explicitado anteriormente, a taxa de câmbio, para o período, foi considerada irrelevante para explicar as variações das exportações.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Os modelos que consideravam a taxa de câmbio utilizaram a amostra de 1979 a 2000.

As variáveis definidas para explicar o modelo levaram em consideração:

- Importações de bem de capital – em função de sua relevância para aumentar a produção nacional de produtos com maior valor agregado, ou seja, é necessário importar determinados equipamentos para que se possa produzir para exportar, o que explica o tempo de maturação de um instrumento de promoção à exportação, como observaram Williamson (1993), Neven e Seabright (1995).
- Produto Interno Bruto (PIB) – a produção de um país está diretamente correlacionada com o PIB.
- Variável dummy para o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) para captar a influência deste mecanismo no desempenho das exportações.

### 6.1 Análise dos Resultados Estimados do PROEX

Os resultados obtidos, com a análise do modelo econométrico relacionando o incremento de bens manufaturados com as importações de bens de capital, Produto Interno Bruto e o PROEX, comprovam a tese de Neven e Seabright (1995), ou seja, o PROEX, cuja a implantação que se iniciou há mais de cinco anos, tem apresentado resultados positivos, podem ser vistos na tabela 7.

TABELA 7  
Resultados do Modelo Econométrico (ver equação 5)

Variável	COEF	Erro-padrão	Valor de t	t-prob
Const	30,01	11,524	2,604	0.0185
Import_B_6	0,321	0,13161	2,436	0.0261
PIB	0,393	0,12452	3,153	0.0058
Dummy_PROEX	32,19	11,534	2,791	0.0125
R2 = 0.7914		F(3.17) = 7.4131	DW = 1.11	

Fonte: Elaboração própria.

Diante dos resultados obtidos, é possível que esse impacto positivo do PROEX desde o início tenha ocorrido dadas as expectativas favoráveis dos agentes exportadores que, por essa razão, aumentaram suas produções para as vendas externas. Como comprovam os estudos de Neven e Seabright (1995), a firma exportadora, quando apoiada por um programa de governo, sente-se mais confiante para entrar no mercado internacional.

Finalmente, foram testados outros modelos, cujos resultados podem ser observados no anexo D.

Uma vez que  $T_c > T_t$ , rejeita-se a hipótese nula ( $H_0 = 0$ ), fator que indica que os coeficientes  $\beta_1$  e  $\beta_2$  são estatisticamente significantes para explicar as variações das variáveis dependentes de Exportações de Bens Manufaturados e Produto Interno Bruto.

O coeficiente de determinação múltipla da regressão foi de 0,873092, indicando que 87,30% das variações das exportações de produtos manufaturados são explicadas pelo modelo de regressão apresentado.

O valor do  $F$  calculado é de 7,4131 ( $F_c$ ), mostrando-se superior ao valor do  $F$  tabelado ( $F_t$ ), que é igual a 4,43, a um nível de significância de 1%. Indica, portanto, a rejeição da hipótese nula ( $H_0 = 0$ ) em favor de  $H_1$ , pois as variáveis independentes mostraram-se influentes conjuntamente sobre a variável dependente, validando assim o coeficiente de determinação múltipla  $R^2$ , a um nível de significância de 1%.

Os sinais estimados das variáveis  $\beta_1$ ,  $\beta_2$  e  $\beta_3$  apresentaram-se conforme as expectativas sustentadas pela literatura econômica e expressas no objetivo principal do trabalho.

Em síntese, os resultados encontrados permitem inferir que o PROEX, como programa de promoção à exportação, tem tido impacto positivo sobre as exportações dos manufaturados, em que os testes estatísticos comprovam a correlação entre as variáveis analisadas e a existência do PROEX.

## 7 CONCLUSÃO

O principal objetivo deste trabalho foi demonstrar como uma política de promoção de exportações governamental pode beneficiar as estruturas endógenas e exógenas de um país.

O princípio norteador da pesquisa baseou-se nas teorias clássicas, neoclássicas e atuais de comércio exterior, as quais consideravam desde o comércio entre países até a teoria da firma individual no mercado externo. Portanto, esta pesquisa está voltada para o crescimento econômico via exportações.

Outro ponto que direcionou este texto foi a política dos governos dedicada ao protecionismo. Embora não estivessem disponíveis os dados estatísticos necessários de outros países, observa-se que essa prática é amplamente utilizada desde o século XVI; no entanto, a presente análise está centrada na economia brasileira. Também observa-se que políticas de promoção de exportações, sobretudo de países com maior participação no mercado internacional, são estratégias de governo e, portanto, confidenciais. Caso não o fossem, desequilíbrios no mercado internacional afetariam de forma negativa a economia mundial.

Na década de 1990, durante a administração do presidente Fernando Collor, começou-se uma rápida liberalização comercial. Quase todas as barreiras não-tarifárias

---

ao comércio foram removidas em quatro anos. Tarifas importantes foram diminuídas, o que reduziu o custo de insumos e levou à rápida conversão da indústria.

Em conformidade com os padrões e tendências internacionais de integração e globalização econômica, o Brasil tem procurado a ampla inserção de sua economia na economia mundial. Essa inserção está vinculada, no plano externo, à política de liberalização adotada (reforma/redução tarifária), à normalização das relações com a comunidade internacional (governos credores no âmbito do Clube de Paris e bancos privados internacionais) e à regularização intergovernamental dos fluxos econômicos internacionais. Ademais, observa-se que o incremento das exportações depende da melhoria da produção em geral, confirmando o já ressaltado por Pinto (1983).

Segundo Tyler (1976), Zweifel (1993), Neven e Seabright (1995), programas governamentais de promoção de exportações, com estratégias, políticas e objetivos bem definidos e administrados, impactam positivamente a economia doméstica, alavancando o seu bem-estar. Por meio desses programas, as firmas nacionais tornam-se mais eficientes para competir no mercado externo, cujo grau de agressividade concorrencial as obriga a constantes especializações. Essa capacitação da firma exportadora terá forte repercussão no mercado interno, obrigando as demais firmas nacionais a também se especializarem face à nova concorrência nas vendas domésticas. Isso explica-se pelo novo cenário, ou seja, a firma exportadora produz para o mercado externo, mas também atua no interno.

O êxito de uma política governamental de promoção das exportações depende não somente da sua dotação orçamentária, mas sobretudo de sua continuidade e de seu arcabouço institucional e administrativo. Tal política, segundo Neven e Seabright (1995), justifica-se pelo não interesse do mercado financeiro em realizar investimentos, cuja taxa de retorno demanda médio ou longo prazo. Grosso modo, essa posição equipara-se ao investimento governamental com as empresas estatais, em que o setor privado era insuficiente para atender à demanda.

Outro aspecto relevante é o fato de a política de promoção de exportações necessitar de constantes adaptações, seja pelas tendências do mercado externo, pela capacidade interna, ou pelo efeito multiplicador na economia doméstica.

O que este debate acadêmico sugere de prático, no entanto, é que o fundamento das políticas de promoção comercial e mesmo a inserção internacional de um país dependem de uma série de fatores, ainda pouco claros.

Este trabalho procurou demonstrar que o empenho governamental brasileiro, como agente promotor de uma política de promoção de exportações, sobretudo no caso do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) tem alcançado seus objetivos no que tange ao incremento do valor das vendas externas.

Como mencionado anteriormente, o PROEX foi criado em 1991, como programa governamental promotor de exportações, com recursos do Orçamento Geral da

---

União. Pode-se afirmar que a continuidade e a maturidade desse tipo de programa são relevantes para o alcance de seus objetivos. De acordo com o observado, a dotação orçamentária do PROEX ainda é bastante modesta. Mas o seu nível de credibilidade já é expressivo, considerando a demanda por parte das firmas pelo mesmo, o que demonstra que o programa já se consolidou tanto no nível interno como no externo.

Um programa de apoio à promoção das exportações depende da política macroeconômica do país; de constantes adaptações no sentido de acompanhar a evolução do mercado externo; de uma atenção contínua às tendências internacionais; da capacidade do mercado interno em atender à demanda externa; requer, ainda, continuidade e habilidade de administração; e um período de maturação (que varia segundo o produto a ser vendido no mercado externo) para que haja retorno maior para a economia, no tocante aos investimentos governamentais realizados.

De acordo com a pesquisa realizada, pode-se afirmar que o PROEX impactou positivamente as exportações de manufaturados, não somente sustentando-as, mas, também, alavancando-as. As alterações, na forma de operacionalização desse mecanismo, têm sido constantes, buscando adequá-lo às exigências do mercado externo, principalmente no tocante a produtos com alto valor tecnológico, como transportes, máquinas e equipamentos, agribusiness, etc.

Considerando a análise empírica do crescimento das exportações como promotor do desenvolvimento econômico, segundo os clássicos e neoclássicos e, posteriormente, a criação de mecanismos promotores de vendas externas de outros países, conclui-se que o Programa de Financiamento às Exportações já está atingindo seu objetivo – apesar de ser um instrumento bastante recente –, incrementando as exportações brasileiras de produtos com alto valor agregado.

A importância de se aplicar recursos de promoção a exportações, em produtos de alto valor agregado, explica-se por meio da correlação existente entre o incremento da exportação de manufaturados sobre o PIB e as importações de bens de capital.

Podem-se citar como exemplo da atuação do PROEX as exportações de aeronaves realizadas pela EMBRAER, as quais vêm encontrando excelente receptividade no mercado internacional, bem como o setor moveleiro, cujo sucesso exportador é atribuído, em grande parte, ao nível de organização do segmento e à cooperação entre empresas, o que permite o avanço tecnológico, tornando-o competitivo no mercado externo.

Outro aspecto a ser considerado, no âmbito do PROEX, é a tendência futura de que esse mecanismo consolide-se ainda mais, à medida que, gradualmente, as atividades do programa estiverem concentradas em um só órgão, no âmbito interno, o que permitirá inferências mais ativas na composição da pauta de exportações. Acredita-se que tal fortalecimento institucional não só beneficiará o programa, mas trará maior benefício para o bem-estar.

---

Tal fato tem similaridade com o ocorrido em países que adotaram mecanismos semelhantes, podendo-se citar a Alemanha com o KfW financiando navios, em 1962, para transportes de cargas e aeronaves Airbus, em 1977. Todas as atividades desse mecanismo, tanto administrativas como decisórias, estão concentradas em sua sede, em Frankfurt, Alemanha.

Cabe destacar que, pela análise econométrica, cuja equação foi elaborada respeitando a proposta primordial do PROEX, *promover as exportações por meio de financiamento pré-embarque e equalização de taxa de juros*, verifica-se que, dependendo do produto beneficiado por uma dessas modalidades, os resultados positivos na economia doméstica podem se fazer sentir em período inferior a cinco anos, desde que o produto contemplado esteja permitindo a absorção tecnológica.

No caso do PROEX, verifica-se que os recursos aplicados foram destinados a produtos manufaturados, com alto valor tecnológico, como é o caso da EMBRAER, receptora do apoio do PROEX. Isso permite inferir que o PROEX, como instrumento de promoção de exportações, já está cumprindo sua função.

Entretanto, cabe ressaltar que sua real efetividade de longo prazo dependerá de sua formatação institucional, devendo ser considerados aspectos como:

1. o PROEX deve ser destinado a financiar produtos com alto conteúdo tecnológico, visando garantir um real crescimento da economia interna com absorção de novas tecnologias e modernização da cadeia produtiva;
2. para definir os produtos a serem financiados, é necessário avaliar seu potencial de penetração no mercado internacional; e
3. deve financiar produtos com alto conteúdo tecnológico que tenham grande demanda externa e baixa oferta no mercado internacional.

Em síntese, pode-se concluir que a pesquisa comprovou positivamente suas hipóteses: o PROEX tem contribuído para alavancar as exportações de manufaturados, sobretudo de produtos com alto valor agregado, mas sua efetividade de médio e longo prazo dependerá, primordialmente, de estratégias e ações políticas a serem traçadas que permitam aprimorar ainda mais a sua operacionalização.

### **Recomendações:**

Futuras pesquisas podem centrar-se na avaliação de quais produtos/setores teriam maior impacto na economia interna, bem como sobre o período de maturação no mercado internacional necessário para que efetivamente se tenha um retorno dos investimentos aplicados.

---



## ANEXOS

ANEXO A  
Dados Utilizados para Regressão do Modelo Econométrico

Ano	<sup>1</sup> Valor das Export 1991 Base = 100	<sup>2</sup> Valor das Exportações Produtos Manufaturados 1991 Base = 100	Valor das Importações 1991 Base = 100	Valor das Importações de Bens de Capitais 1991 Base = 100	PIB BRASIL 1991 Base = 100	Taxa de Câmbio 1991 Base = 100	PROEX 1991 Base = 100	PROEX Dammy
1974	25,145	12,744	60,078	68,645	28,610			0
1975	27,419	14,558	58,030	82,636	33,668			0
1976	32,030	15,633	58,852	71,268	39,954			0
1977	38,330	21,625	57,141	58,214	46,024			0
1978	40,035	28,625	65,035	69,300	52,225			0
1979	48,210	37,422	85,946	70,237	57,890	128,715		0
1980	63,669	50,842	109,092	81,512	57,613	140,839		0
1981	73,665	66,926	104,990	68,582	64,611	114,201		0
1982	63,805	57,741	92,177	56,340	69,788	101,911		0
1983	69,257	63,502	73,328	41,693	49,838	132,961		0
1984	85,405	85,217	66,138	33,666	51,266	124,531		0
1985	81,085	79,197	62,511	34,197	54,680	115,818		0
1986	70,680	69,854	66,751	45,846	65,766	131,490		0
1987	82,935	83,567	71,532	61,993	72,128	136,686		0
1988	106,860	108,059	69,407	61,649	80,916	123,324		0
1989	108,738	104,939	86,807	71,830	110,066	1041,594		0
1990	99,349	95,799	98,194	91,099	114,034	85,953		0
1991	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	1
1992	113,197	116,878	97,685	104,310	95,794	109,875	86,640	1
1993	121,932	131,987	120,032	120,768	107,510	22,801	83,250	1
1994	137,713	140,559	157,212	167,926	133,972	84,417	93,021	1
1995	147,078	143,971	237,489	276,265	172,709	78,716	116,152	1
1996	151,003	148,747	253,248	321,299	190,067	80,928	49,252	1
1997	167,596	164,386	284,407	399,969	196,606	77,007	83,051	1
1998	161,670	165,377	274,293	389,631	190,167	76,978	125,324	1
1999	151,837	183,212	233,877	315,365	136,573	87,680	90,229	1
2000	130,927	183,195	261,803	302,280	155,744	87,680	82,552	1

Fonte: FUNCEX (de 1974 a 1996: Texto para Discussão nº 121. A partir de 1997: Boletim FUNCEX de Comércio Exterior).

Notas: <sup>1</sup>Exportações (FOB) – Anual (em US\$ bilhões).

<sup>2</sup>Exportações de Produtos Manufaturados (FOB) – Anual.

## ANEXO B

### Dados Utilizados para Regressão do Modelo Econométrico

Ano	<sup>1</sup> Valor das Export US\$ Bilhões	<sup>2</sup> Valor das Exportações Produtos Manufaturados US\$ Bilhões	Valor das Importações US\$ Bilhões	Valor das Importações de Bens de Capitais US\$ Bilhões	PIB Brasil US\$ Bilhões	Taxa de Câmbio 1991 Base = 100	PROEX US\$ Bilhões	PROEX Dummy
1974	7,951	2,263	12,641	2,198	116,649		0,000	0
1975	8,670	2,585	12,210	2,646	137,270		0,000	0
1976	10,128	2,776	12,383	2,282	162,900		0,000	0
1977	12,120	3,840	12,023	1,864	187,650		0,000	0
1978	12,659	5,083	13,684	2,219	212,930		0,000	0
1979	15,244	6,645	18,084	2,249	236,030	149,750	0,000	0
1980	20,132	9,028	22,954	2,610	234,900	163,855	0,000	0
1981	23,293	11,884	22,091	2,196	263,430	132,864	0,000	0
1982	20,175	10,253	19,395	1,804	284,540	118,565	0,000	0
1983	21,899	11,276	15,429	1,335	203,200	154,690	0,000	0
1984	27,005	15,132	13,916	1,078	209,020	144,882	0,000	0
1985	25,639	14,063	13,153	1,095	222,940	134,746	0,000	0
1986	22,349	12,404	14,045	1,468	268,140	152,979	0,000	0
1987	26,224	14,839	15,051	1,985	294,080	159,024	0,000	0
1988	33,789	19,188	14,604	1,974	329,910	143,478	0,000	0
1989	34,383	18,634	18,265	2,300	448,760	1211,813	0,000	0
1990	31,414	17,011	20,661	2,917	464,940	100,000	0,000	0
1991	31,620	17,757	21,041	3,202	407,720	116,342	1,003	1
1992	35,793	20,754	20,554	3,340	390,570	127,831	0,869	1
1993	38,555	23,437	25,256	3,867	438,340	26,527	0,835	1
1994	43,545	24,959	33,079	5,377	546,230	98,213	0,933	1
1995	46,506	25,565	49,970	8,846	704,170	91,580	1,165	1
1996	47,747	26,413	53,286	10,288	774,940	94,153	0,494	1
1997	52,994	29,190	59,842	12,807	801,600	89,591	0,833	1
1998	51,120	29,366	57,714	12,476	775,350	89,558	1,257	1
1999	48,011	32,533	49,210	10,098	556,837	102,009	0,905	1
2000	41,399	32,530	55,086	9,679	635,000	102,009	0,828	1

Fonte: FUNCEX (de 1974 a 1996: Texto para Discussão nº 121. A partir de 1997: Boletim FUNCEX de Comércio Exterior).

Notas: <sup>1</sup>Exportações – (FOB) – Anual.

<sup>2</sup>Exportações de Produtos Manufaturados – (FOB) – Anual.

ANEXO C  
Valor das Exportações do Japão – 1976/1998

(Em US\$ bilhões)

Ano	Valor das Exportações
1976	67,3
1977	81,1
1978	98,2
1979	102,3
1980	130,4
1981	151,5
1982	138,4
1983	147,0
1984	169,7
1985	177,2
1986	210,8
1987	231,3
1988	264,9
1989	273,9
1990	287,6
1991	314,8
1992	339,9
1993	362,2
1994	397,0
1995	443,1
1996	410,9
1997	421,0
1998	

---

## ANEXO D

**EQUAÇÃO (1)**

Modelling EXP\_MAN by OLS

The present sample is: 1981 to 2000 Variable Coefficient Std.Error t-value t-prob  
PartR2

Constant	3.5259	41.927	0.084	0.9348	0.0008
IMP_BC	-0.33062	0.33138	-0.998	0.3445	0.0996
IMP_BC_1	-0.18211	0.28600	-0.637	0.5401	0.0431
IMP_BC_2	0.19617	0.20447	0.959	0.3624	0.0928
PIB	0.84278	0.58828	1.433	0.1858	0.1857
PIB_1	0.24451	0.52251	0.468	0.6509	0.0238
PIB_2	0.53427	0.54705	0.977	0.3543	0.0958
TXC	-0.016865	0.034429	-0.490	0.6360	0.0260
TXC_1	-0.034956	0.042299	-0.826	0.4299	0.0705
TXC_2	-0.037035	0.021473	-1.725	0.1187	0.2484
PROEX_Dummy	3.9468	30.130	0.131	0.8987	0.0019

R2 = 0.94118 F(10, 9) = 5.6246 [0.0079]  $\hat{\alpha}$  = 14.3211 DW = 1.69

RSS = 1845.850801 for 11 variables and 20 observations

AR 1- 1F( 1, 8) = 0.45729 [0.5180]

ARCH 1 F( 1, 7) = 0.021344 [0.8880]

Normality Chi<sup>2</sup>(2) = 3.2013 [0.2018]

RESET F( 1, 8) = 0.0034809 [0.9544]

**EQUAÇÃO (2)**

Modelling EXP\_MAN by OLS

The present sample is: 1981 to 2000

Variable	Coefficient	Std.Error	t-value	t-prob	PartR2
Constant	58.146	9.7368	5.972	0.0000	0.7329
IMP_BC_2	0.13906	0.038755	3.588	0.0033	0.4976
PIB	0.15685	0.13062	1.201	0.2513	0.0998
TXC	0.022174	0.016566	1.339	0.2037	0.1211
TXC_1	0.012398	0.016895	0.734	0.4761	0.0398
TXC_2	-0.025990	0.016478	-1.577	0.1387	0.1606
PROEX_Dummy	39.858	13.220	3.015	0.0099	0.4115

R2 = 0.927493 F(6, 13) = 6.0976 [0.0032]  $\hat{a}$  = 13.2298 DW = 1.32  
RSS = 2275.362996 for 7 variables and 20 observations

AR 1- 1F( 1, 12) = 2.7569 [0.1227]  
ARCH 1 F( 1, 11) = 0.0003093 [0.9863]  
Normality Chi<sup>2</sup>(2) = 7.4383 [0.0243] \*  
RESET F( 1, 12) = 1.5401 [0.2383]

### **EQUAÇÃO (3)**

Modelling EXP\_MAN by OLS  
The present sample is: 1981 to 2000

Variable	Coefficient	Std.Error	t-value	t-prob	PartR2
Constant	51.622	8.7048	5.930	0.0000	0.7010
IMP_BC_2	0.14805	0.038362	3.859	0.0015	0.4982
PIB	0.25063	0.11562	2.168	0.0467	0.2385
TXC	0.015448	0.016074	0.961	0.3518	0.0580
PROEX_Dummy	27.644	10.644	2.597	0.0202	0.3102

R2 = 0.912255 F(4, 15) = 5.7711 [0.0051]  $\hat{a}$  = 13.5488 DW = 1.33  
RSS = 2753.566731 for 5 variables and 20 observations

---

AR 1- 1F( 1, 14) = 2.4805 [0.1376]  
 ARCH 1 F( 1, 13) = 0.087809 [0.7717]  
 Normality Chi<sup>2</sup>(2)= 1.5685 [0.4565]  
 Xi<sup>2</sup> F( 6, 8) = 0.28308 [0.9293]  
 RESET F( 1, 14) = 0.0030796 [0.9565]

#### **EQUAÇÃO (4)**

Data loaded from: proexp~1.xls  
 Modelling EXP\_MAN by OLS  
 The present sample is: 1981 to 2000

Variable	Coefficient	Std.Error	t-value	t-prob	PartR <sup>2</sup>
Constant	52.773	8.6013	6.135	0.0000	0.7017
PIB	0.28233	0.11055	2.554	0.0212	0.2896
IMP_BC_2	0.14413	0.038053	3.788	0.0016	0.4727
PROEX_Dammy	23.851	9.8621	2.418	0.0279	0.2677

R<sup>2</sup> = 0.906852 F(3, 16) = 4.9304 [0.0130]  $\hat{a}$  = 13.5165 DW = 1.07  
 RSS = 2923.119059 for 4 variables and 20 observations

R 1- 2F( 2, 14) = 4.7141 [0.0272] \*  
 ARCH 1 F( 1, 14) = 0.032372 [0.8598]  
 Normality Chi<sup>2</sup>(2)= 0.54952 [0.7598]  
 Xi<sup>2</sup> F( 5, 10) = 0.78042 [0.5859]  
 Xi\*Xj F( 7, 8) = 0.69066 [0.6806]  
 RESET F( 1, 15) = 0.36309 [0.5558]

#### **EQUAÇÃO (5)**

Modelling EXP\_MANUF by OLS  
 The present sample is: 1980 to 2000

---

Variable Coefficient Std.Error t-value t-prob PartR2

Constant 30.007 11.524 2.604 0.0185 0.2851

IMPORT\_B\_6 0.32065 0.13161 2.436 0.0261 0.2588

PIB 0.39260 0.12452 3.153 0.0058 0.3690

Dummy\_PROEX 32.188 11.534 2.791 0.0125 0.3142

R2 = 0.873092 F(3, 17) = 7.4131 [0.0022]  $\hat{a}$  = 16.2241 DW = 1.11

RSS = 4474.755785 for 4 variables and 21 observations

AR 1- 2F( 2, 15) = 2.2086 [0.1443]

ARCH 1 F( 1, 15) = 0.33541 [0.5711]

Normality Chi2(2)= 0.43678 [0.8038]

Xi2 F( 5, 11) = 0.8029 [0.5705]

Xi\*Xj F( 8, 8) = 0.59058 [0.7636]

RESET F( 1, 16) = 0.94613 [0.3452]

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. P. (Org.). *A Ordem do Progresso - Cem anos de Política Econômica Republicana (1989-1989)*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990. 11. ed.
- AITKEN, B., HANSON G .H., HARRISON, A.E. Spillovers, Foreign Investment and Export Behavior. *Journal of International Economics*, v. 43, 1997.
- BANCO DO BRASIL. *Comércio Exterior*. Brasília, jun.1999. Edição Especial.
- \_\_\_\_\_. *Comércio Exterior*, n. 22, 23, 24, 26, 27. Brasília, 1999 e 2000.
- BANCO MUNDIAL. *Relatório Anual 1999*. Washington, 1999.
- BARROS, J. R. M. et al. Sistema Fiscal e Incentivos às Exportações. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 1975.
- BASTOS, E. M. *Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior do Brasil: uma proposta de estudo*. Brasília, 1999. mimeo
- BAUMANN, R. *Exportações e Crescimento Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1985. (Série Monográfica n. 33).
- \_\_\_\_\_. BEFIEEX: efeitos internos de um incentivo à exportação. *Revista Brasileira de Economia*. 2/90. Rio de Janeiro,1990
- \_\_\_\_\_. *Exportações e Capital Estrangeiro: velhos temas em novos contextos*. In: Fórum Nacional. Brasil 500 Anos. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- BAUMANN, R., BRAGA, H. *O Sistema Brasileiro de Financiamento às Exportações*. Rio de Janeiro: IPEA, 1986. (Série Monográfica n. 34 ).
- BAUMANN, R., MOREIRA, H. Os Incentivos às Exportações Brasileiras de Produtos Manufaturados - 1969/85. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1987.
- BHAGWATI, J. A Teoria Pura do Comércio Internacional: um levantamento. *Panorama da Moderna Teoria Econômica*, v. 2. Rio de Janeiro : Atlas, 1973.
- \_\_\_\_\_. *International Trade - Middlesex England*. Harmondsworth: Ed. Baghwati. Penguin Books Ltd., 1969.
-



- \_\_\_\_\_. *International Trade and Money* - Alden Press, Oxford. Great Britain. In: Connolly, M. B. and Swoboda, A. K. (ed.). University of Florida. Ed. George Allen & Unwin LTD, 1973.
- \_\_\_\_\_. *The Generalized Theory of Distortions and Welfare*. International Trade: Selected Reading. In: Baghwati (ed.). Cambridge / London: The MIT Press, 1986.
- BHAGWATI, J., SRINIVASAN, T.N. *Optimal Trade Policy and Compensation under Endogenous Uncertainty: the phenomenon of market disruption*. International Trade. Selected Readings. In: Baghwati (ed.). Cambridge/ London: The MIT Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. Trade, Tariffs and Growth. *Essays in International Economics*. Cambridge/ London: The MIT Press, 1969.
- \_\_\_\_\_. *National Welfare in an Open Economy in the Presence of Foreign-Owned Factor of Production*. International Trade. Selected Readings. In: Baghwati (ed.). Cambridge/ London: The MIT Press, 1986.
- BONELLI, R., HAHN, L. *Resenha dos Estudos Recentes sobre Relações Comerciais Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão n.708).
- BONELLI, R., VEIGA, P. M., BRITO, A. *As Políticas Industrial e de Comércio Exterior no Brasil: rumos e indefinições*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para Discussão n. 527).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Programa Novos Pólos de Exportação (PNPE)*. Brasília, 1999.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Departamento de Defesa Comercial (DECOM). *Relatório. Medidas de Defesa Comercial Antidumping, Compensatórias e Salvaguardas*. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)*, 1964.
- CARDOSO, E., DORNBUSCH, R. Uma Equação para as Exportações Brasileiras de Manufaturados. *Revista Brasileira de Economia.*, Rio de Janeiro, v. 34, 1980.
- CARNEIRO, F. G. *A Metodologia dos Testes de Causalidade em Economia*. Brasília: Universidade de Brasília (Departamento de Economia), 1997.
-

- CARVALHO, A., DE NEGRI, J. A. *Estimação de Equações de Importação e Exportação de Produtos Agropecuários para o Brasil (1977/1998)*. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para Discussão n. 698).
- CARVALHO, M. Liberalização Comercial e os Incentivos às Vendas Internas e Externas. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. Rio de Janeiro, v. 39, 1994.
- CNI. *Comércio Exterior em Perspectiva*. Ano 7, n. 11, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Comércio Exterior em Perspectiva*. Ano 8, n. 4, 1999.
- CORDEN, W. M. Protection, Growth and Trade. *Essays in International Economics*. Oxford: Ed. Basil Blackwell Ltd., 1985.
- \_\_\_\_\_. *The Theory of Protection*. Oxford: Oxford University Press, 1971.
- COURO BUSINESS. Ano 1, n. 7, 8 e 9. Brasília, 1999.
- DOELLINGER, C. Exportações Brasileiras: diagnóstico e perspectivas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v.1, jun. 1971.
- DOELLINGER, C. et al. Transformação da Estrutura das Exportações Brasileiras: 1964/70. *Relatório de Pesquisa*, n.14. Rio de Janeiro: IPEA, 1973.
- DORNBUSCH, R., FISCHER, S., STARTZ, R. *Macroeconomia*. São Paulo: McGraw-Hill, 1998.
- FASANO FILHO, U. A. Expansão das Exportações e o Crescimento Econômico: o caso do Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, 1998.
- FEINBERG, R. E. *Subsidizing Success: the export-import bank in the U. S. economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- FERRAZ FILHO, G.T., CAVALCANTI, M. A., RIBEIRO, M. *Barreiras Técnicas ao Comércio Internacional. Aspectos Teóricos e as Experiências Regionais de Harmonização*. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1997.
- FIANI, R. Perfil das Exportações de Bens de Capital Admitidos pelo Programa FINAMEX: 1990/95. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1996.
- FLASSBECK, H. et. al. *Paradigmenwechsel in der Weltwirtschaft*. Bonn. Deutschland. Politik und Gesellschaft. Herausgeben von der Fridrich-Ebert-Sifung. 2000.
-

- FONSECA, R., JUNIOR, M. C. *Barreiras Externas às Exportações Brasileiras*. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1999.
- FRANCO, G., FRITSCH, W. Política Industrial, Competitividade e Industrialização: aspectos da experiência brasileira recente.. *Revista de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, v. 33, 1992.
- GARÓFALO FILHO, E., RODRIGUES, M. G. Uma Proposta para Dinamizar o Financiamento às Exportações Brasileiras. *RBCE*, Rio de Janeiro, n. 46, jan./mar. 1996.
- GARTENKRAUT, M., BONELLI, R. (Coord.). *Perspectiva de Longo Prazo da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 1985.
- GIAMBIAGI, F. A Condição de Estabilidade da Relação Passivo Externo Líquido Ampliado/PIB: cálculo do requisito de aumento das exportações no Brasil. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1997.
- GIAMBIAGI, F., MOREIRA, M. (Org.). *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- HABERLER, G. A Survey of International Trade Theory. In: *Selected Essays of Gottfried Haberler*. Cambridge/ Massachusetts: The MIT Press, 1985.
- HARRIES, H. *Financing the Future. KFW - The German Bank with a Public Mission*. Frankfurt am Main: Verlag Fritz Knapp GmbH, 1998.
- IRWIN, D. *Against the Tide - An Intellectual History of Free Trade*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- KRUGMAN, P. *Currencies and Crises*. Cambridge / London: The MIT Press, 1995. 4 ed.
- \_\_\_\_\_. *Strategic Trade Policy and the New International Economics*. Cambridge/London: The MIT Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. *The Age of Diminished Expectations*. Cambridge/London: The MIT Press, 1996. 5. ed.
- KRUGMAN, P., OBSTFELD, M. *Economia Internacional - Teoria e Política*. São Paulo: Makron Books, 1999. 4 ed.
- KUME, H. *A Política de Importação no Plano Real e a Estrutura de Proteção Efetiva*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. (Texto para Discussão n. 423).
-

- KUME, H., PIANI, G. *O ICMS sobre as Exportações Brasileiras: uma estimativa da perda fiscal e do impacto sobre as vendas externas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para Discussão n. 465).
- LABATUT, E. *Política de Comércio Exterior*. São Paulo: Aduaneiras, 1994.
- LAPLANE, M.F., SARTI, F. Investimento Direto Estrangeiro e a Retomada do Crescimento Sustentado nos Anos 90. *Economia e Sociedade* (Revista do Instituto de Economia da UNICAMP), Campinas, n. 8, 1997.
- LEAL, J. P. *A Organização Mundial do Comércio*. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para Discussão n.517).
- LIMA, E. T. et al. Infra-estrutura, Diversificação das Exportações e Redução do "Custo-Brasil": limites e possibilidades. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, jun. 1997.
- LIMA, E., CARVALHO, M., ROSA, J. Definindo Alvos para a Promoção de Exportações. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 9, 1999.
- LOPES, L. M., VASCONCELLOS, M. A. (Org.). *Manual de Macroeconomia*. São Paulo: Atlas, 1998.
- MALTHUS, T.R. *Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua Aplicação Prática*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).
- MUSALEM, A. R. Política de Subsídios e Exportações de Manufaturados. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 81, 1981.
- MYRDAL, G. *Perspectiva de uma Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.
- NEVEN, D., RÖLLER, L. (Ed.). *The Political Economy of Industrial Policy in Europe and the Member States*. Berlin: Sigma, 2000.
- NEVEN, D., SEABRIGHT, P. European Industrial Policy: the airbus case. In: *Economic Policy*. Norwich, 1995.
- NONNEMBERG, M. J. B. *Bloco de Comércio e Competitividade das Exportações Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para Discussão n. 334).
- OHLIN, B. *Comércio Interregional e Internacional*. Barcelona: Ediciones Oikos Tau, 1971.
-

OMC. Relatório Anual da Organização Mundial do Comércio. *Mundialização e Comércio Internacional*, 1998.

\_\_\_\_\_. Commerce Internationale et Croissance. *Problèmes Economiques*. Paris, dez. 1999.

PANAGARIYA, A. Preferential Trade Liberalization: the traditional theory and new developments. *Journal of Economic Literature*, v. XXXVIII, jun. 2000.

PEREIRA, L. V. Meta Ambiciosa. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. Recuperação das Exportações. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, 1997.

PINHEIRO, A. C. O Comércio Exterior Brasileiro de 1974 a 1992. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, 1993.

PINHEIRO, A. C., MOREIRA, A., HORTA, M. H. Indicadores de Competitividade das Exportações: *Resultados Setoriais para o Período 1980/1988*. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. (Texto para Discussão n. 257).

PINTO, M.B. *Exportações Brasileiras de Manufaturados: crescimento e mudanças de estrutura*. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica, 1993.

\_\_\_\_\_. Os Efeitos dos Incentivos sobre a Estrutura das Exportações Brasileiras de Manufaturados. *Estudos Econômicos*. São Paulo, 1981.

ROSE, K. U., SAUERNEHEIMER, K. *Theorie der Aussenwirtschaft*. 12. Auflage. München. Deutschland. Verlag Vahlen, 1995.

SACHS, LARRAIN. *Macroeconomia*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SACHSIDA, A., TEIXEIRA, J. *Impactos de Desvalorizações Cambiais sobre a Conta Corrente no Brasil*. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão n. 660).

SALVATORE, D. *Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1998. 6 ed.

SAVASINI, J. A. A. *Export Promotion- The Case of Brazil*. Nova Iorque: Praeger Publishers, 1978.

SÖDERSTEN, B., REED, G. *International Economics*. *Macmillian Press*, 1994. 3 ed.

TABACOF, B. O Remédio é Exportar. *Rumos*. Rio de Janeiro, Ano 23, n. 164. set. 1999.

THORSTENSEN, V. Desafios para o Brasil no Comércio Internacional. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, n. 49, 1996.

---

TORRES, S. D. A. et al. Exportação Brasileira de Bens de Capital: desempenho nos anos recentes. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1994.

TYLER, W. G. O Viés Antiexportação em Políticas Comerciais e o Desempenho das Exportações; Alguns Aspectos da Recente Experiência Brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_. *Manufactured Export Expansion and Industrialization in Brazil*. Kiel: Kieler Studien, 1976.

VEIGA, P. M. A Política de Financiamento à Exportação no Brasil. *Aspectos Estratégicos da Política Comercial Brasileira*. Rio de Janeiro: REDIPEA/BID, out. 2000. mimeo.

WILLIAMSON, J. A. *Economia Aberta e a Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1993. 3. ed.

WORLD BANK. *Improving Brazil's Export Performance*. (Report 17768-BR), Washington, 1998.

ZWEIFEL, P., HELLER, R. *Internationaler Handel* - 3. Auflage. Heidelberg, Springer-Verlag, 1997.

---

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)